

O Canto do Lavrador e a conquista da terra na Amazônia Tocantina (1970-1980)

Adriane dos Prazeres Silva

Resumo

Os planos que os governos militares traçaram para a Amazônia, não incluíam as populações tradicionais, os povos originários e muito menos a floresta em pé. Os conflitos agrários foram intensificados no período em que as forças armadas estiveram no poder (1964-1985). No vale do Tocantins, denominação usada pelos governos militares para designar o Médio e o Baixo Tocantins, as disputas foram intensas. Os trabalhadores rurais do baixo Tocantins (mulheres, homens e crianças), se opuseram ao governo e aos latifundiários que queriam expulsá-los das terras, e por isso lutaram por seu lar, matas, rios, igarapés e enfim por seu sagrado. Construíram as suas leis, para demonstrar que a lei do Estado não os representava. No entanto, dentro desse cenário de enfrentamento produziram, suas poesias, cânticos e encenações vivenciaram sua cultura de homens e mulheres das matas, cantaram suas dores e forjaram-se enquanto classe.

Palavras- Chave: Amazônia; Governos Militares; Cultura Militante;

Abstract

The plans that the military governments drafted for the Amazon didn't include traditional populations, native peoples and much less the standing forest. The agrarian conflicts were intensified during the period when the armed forces were in power (1964-1985). In the Tocantins valley, a term used by military governments to designate the Middle and Lower Tocantins, the conflicts were intense. The rural workers of the lower Tocantins (women, men and children), opposed the government and the landowners who wanted to expel them from the lands, and for that reason they fought for their home, woods, rivers, streams and finally for their sacred. They built their laws to demonstrate that the State Law did not represent them. However, within this scenario of confrontation they produced, their poetry, songs and staging

experienced their culture of men and women from the forests, sang their pains and forged themselves as a class.

Key-words: Amazon; Military Governments; Militant culture;

Introdução

O objetivo deste artigo é fazer uma breve análise de alguns conflitos por terra ocorridos na década de 1970, na região do Vale do Tocantins na Amazônia, analisamos também as ações dos trabalhadores rurais e a produção de poesias, cânticos que expressavam as dores, alegrias frente às ações desenvolvidas pelos governos militares e seus representantes no Pará.

A situação acima descrita, poderá ser identificada na ação de um trabalhador rural do município de Oeiras do Pará que criou o poema “O Lamento do Pruanã”, (Pruanã) é uma localidade pertencente ao município de Oeiras do Pará, os versos descrevem também alguns conflitos que ocorreram no Baixo Tocantins¹. O poema foi declamado na posse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que foi conquistado pela oposição Sindical² em 29 de julho de 1979, aqui iremos apresentar a quadrinha, elas por sua vez produzem uma reflexão sobre os conflitos e as atitudes tomadas pelos lavradores da região.

O poema foi lido em plena festa do Dia do Trabalhador, momento no qual houve a posse da nova diretoria do Sindicato. A poesia em seus versos descreve alguns perigos que aquela região estava vivenciando, demonstrando também o que essas populações estavam sentindo e pensando. Em nossas pesquisas conseguimos identificar 12 disputas por terras atingindo mais de 60 famílias, esses números evidenciam três questões essenciais; a primeira delas demonstra que os conflitos agrários apresentam números não tão pujantes quantas as disputas por terras no sul e sudeste do Pará, mas que não podem ser desconsiderados; o segundo dado é que a população local expressou seus sentimentos através da arte, tornando um ato de resistência, uma arte engajada, que dava conta de expressar seu cotidiano suas dores e suas lutas; A terceira questão está no fato de que as cidades do Baixo Tocantins estão localizadas próximas a hidrelétrica de Tucuruí, principalmente a jusante do rio represado por essa barragem, ou seja, o Tocantins, portanto, essas populações sofreram os impactos

¹ Cidades que compõem o Baixo Tocantins (Uma das microrregiões do Estado do Pará) Moju, Abaetetuba, Barcarena, Igarapé-Miri, Mocajuba, Baião, Cametá, Limoeiro do Ajurú, Oeiras do Pará e Tucuruí..

² Para aprofundar no assunto ler Dissertação SILVA, Adriane dos Prazeres. *O Vale do Tocantins e a Lei Anilzinho: a Lei dos Posseiros (1961- 1981)*. Belém, 2016. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) IFCH/UFPA, 2016.

socioambientais deste grande projeto. Adiante encontramos o Lamento do Pruanã, a denúncia do que foi e não é mais, revelando quem esses sujeitos históricos viam como seus inimigos:

O Lamento do Pruanã

I

Prezados companheiros, prestem bem atenção, pois estamos aqui, para falar na situação, nosso pruanã está sendo tomado por um grande Tubarão.

II

Em 1974 passou gente medindo terra, dizendo ser do projeto RADAN, a então ITERPA, agora estamos vendo que a história não deu certo.

III

Voltaram este ano, Mês de maio fazendo pico e limite, então fomos ver como a coisa era triste, pois estávamos vendidos, ficando com isso aflitos.

IV

São mais de 30 famílias, estão sendo atingidas todos estão ameaçados de ficar mais oprimidas e para o banco mercantil todas foram vendidas.

V

Morávamos despreocupados nas terras do Sr. Waldemar com 30 ou 40 anos sempre a trabalhar Lavrando e plantado a terra para nossos filhos criar.

VI

Até propriedades que já lhe tinham sido pagas também foram vendidas este rol de maldades o pobre que compra a terra que sofre crueldade.

VIII

Falando nas propriedades que estão sendo atingidas campo Alegre, Maranhão, Esperança e Sobrado todos estão cientes que tem lutar um bocado.

IX

Ainda temos Patauá, Vila Nova, Trigueiro onde o banco chegou e desembarcou primeiro

X

Não esquecer Padeiro, Surubuju, Nazaré e Paraná onde o povo começa sentir o duro Penar.

XI

Boa Vista e Chaves também estão na lista apesar do Chaves ser por Marcelino pago à vista mas o banco mercantil já foi lá fazer a visita.

XII

Essas são as propriedades vendidas por Waldemar ao Banco Mercantil que passou a nos preocupar sabemos que temos direitos e por eles vamos lutar.

XIII

Alguns companheiros também foram vendidos Moradores de Noberto, Cocal, Cacaolino, Esquartel todos estão bebendo no mesmo de cálice de fel.

XIV

Dizem que as estradas trazem grande progresso ao lugar, porém para nós grande mal veio trazer Porque os Japoneses querem nossa terra ocupar.

XV

Falamos para o prefeito do caso do Japonês que entrou ano passado fazendo picos em roçados eram 12 machados e todos ficaram assustados.

XVI

O prefeito prometeu eles lá não mais voltar, pois tinha dado aos Japoneses terra não ocupada. Onde está a promessa? Nós ainda a temos guardada.

XVII

Os Japoneses voltaram disso temos certeza para tirar nosso sossego com toda sua avareza.

XVIII

A terra é pra quem trabalha diz o estatuto da Terra. Esse direito é nosso e por ele faremos guerra.

XIX.

Pedimos ao Sr. Nosso Deus Muita força, coragem e vontade para fazer valer nossos direitos diante das autoridades.

O poema é uma representação, uma visão de sentimento do mundo desses homens e mulheres, os versos demonstram como eles analisaram a sua conjuntura, como denominaram o fenômeno que estavam vivenciando, o chamaram: “a entrada do capitalismo”, esta entrada em sua visão foi marcada pela presença dos projetos e órgão como Radares da Amazônia (RADAM) e o Instituto de Terras do Pará (ITERPA), para além desses fatos, fornece também dados, casos de famílias e principalmente os dois locais atingidos por esses conflitos e o tempo de ocupação na terra por essas populações.

Contudo, não era somente o sentimento de perda que se evidenciava, mas existiu também o sentimento de que deveria haver uma reação, pois “a terra era para quem nela trabalhava” e, nesse momento, eles se apropriavam da Lei, em especial o Estatuto da terra, pois reconheciam que o direito era deles, e por esse direito “fariam guerra, e pediam a Deus força, coragem e vontade para fazer valer os seus direitos”³.

Nesse sentido, esses trabalhadores rurais criaram uma cultura ligada às lutas pela permanência em suas terras, onde reforçavam a necessidade de uma união, de criação de laços de pertencimento para enfrentar aqueles que eles identificaram como seus inimigos. Podemos afirmar que eles se forjaram em um contexto de conflitos agrários, numa conjuntura pautada pelos governos militares, que estabeleciam mudanças para a região.

Ao construírem também uma consciência política, estabeleceram uma leitura de seu contexto e fizeram suas escolhas. Dentre essas escolhas, decidiram ter uma atuação para a tomada dos sindicatos de trabalhadores rurais e transformaram a atuação sindical, contando com aliados como a Igreja Católica Progressista e a Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE). Construíram também símbolos dessa identificação de classe⁴ que estava se engendrando, entre eles estava a Lei Anilzinho e seus encontros, as campanhas para tomadas de sindicatos, os sentimentos se fizeram expressar por seus cânticos, poemas e representações.

Na década de 1970, um grupo da FASE se instalou em Cametá e posteriormente, no município de Oeiras do Pará, em parceria com a Igreja Católica. Uma das funções da entidade era ministrar cursos de formação para os trabalhadores rurais, que eram lideranças

³ Lamento do Pruanã, poema de 29 de julho de 1979, no jornal A Voz do Lavrador V. 1.

⁴ Entendo classe de acordo com o conceito Thompson (1987) que afirmava que “a classe acontece quando alguns homens, através do resultado de suas experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”.

católicas naquele momento. O compartilhamento de conhecimentos fornecidos pela FASE foi inspirado nas teorias pedagógicas do educador Paulo Freire.

Entre a década de 1970 e 1980, essa federação possuía sedes em Imperatriz do Maranhão, Abaetetuba e Santarém. Além da FASE, dos Padres Diocesanos houve a atuação das freiras, um dos primeiros trabalhos realizados pela congregação das Filhas da Caridade⁵ em parceria com a federação ocorrida no município de Oeiras do Pará. Essa experiência aconteceu com grupos comunitários que tentavam se organizar desde 1971. A partir dessa tentativa, as freiras começaram a trabalhar também com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, pois, segundo sua visão, esta “obra nasceu em suas próprias casas”. De acordo com as irmãs dessa congregação, o trabalho que iria se desenvolver no município “pretendia ser uma educação de base, que atingisse toda a comunidade, visando não só as crianças, mas principalmente o adulto e como se tratava de uma comunidade rural, o alvo principal seria os trabalhadores do campo”. A congregação, por meio de suas integrantes, afirmava que sua principal missão seria ajudar os pobres, por isso o trabalho em Oeiras do Pará foi voltado para os trabalhadores rurais⁶.

Na década de 1970, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais desse município contava com 300 filiados, sendo que, para facilitar o trabalho do sindicato, foram organizados em grupos sindicais:

que se agrupavam nos lugares onde a população era mais concentrada, ou seja, nos povoados, geralmente trabalhavam juntos com as Comunidades Cristãs (C, C) da Prelazia de Cametá, recebiam também orientação do grupo da sede que era assessorado pelas irmãs filhas da Caridade, os tipos de ajuda oferecidos (pelas irmãs) concentravam-se principalmente nas reuniões de estudos com os dirigentes sindicais, promovendo cursos com os grupos sindicais tanto na sede do município, ou seja, a cidade quanto ao interior, esses cursos foram facilitados por entidades tais como, a SAGRI, prefeitura municipal, FASE, Paróquia e CEPLAC, os materiais utilizados para os cursos de formação eram variados e contavam com revistas da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

O material pedagógico que as freiras utilizavam para ministrar cursos junto aos trabalhadores rurais possuía conteúdos como a questão de reforma agrária, legislação trabalhista, cartilhas do trabalhador fornecidas pela FASE, cantos e gravações diversas. No entanto, naquele período, a congregação das irmãs Filhas da Caridade identificou que o Sindicato estava tornando-se:

⁵ A Companhia, fundada no século XVII por São Vicente de Paulo e Santa Luísa de Marillac, é conhecida na Igreja pelo nome de Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, Servas dos Pobres. Fizeram-se presente no Baixo Tocantins desde o início do século XX e trabalham no ramo da educação escolar.

⁶ Relatório da congregação das Filhas da Caridade a respeito de sua atuação em Oeiras do Pará de 1971. Arquivos da FASE.

um mero órgão de assistência ao trabalhador rural do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), estava impondo encargos que na visão das Freiras nada tinha a ver com a Função do STR, tais como organização dos gabinetes Odontológicos, as distribuições das fichas médicas e os pedidos de aposentadorias do INSS, que retirava o tempo desses dirigentes, retirando o foco, portanto, dos problemas reais do trabalhador rural, o que tornava o sindicato mero órgão assistencialista⁷.

Outros problemas enfrentados pelo STR de Oeiras do Pará diziam respeito às obrigações do Ministério do Trabalho, pois a maior parte dos sindicalizados era analfabeta e várias das políticas exigidas por esse ministério esbarravam nessa problemática. Os problemas agrários que afetavam a região se chocavam diretamente com o STR, pois a maior parte dos trabalhadores que eram alvos dos conflitos eram posseiros, os quais percebiam que estavam prestes a perder seu lar: “homens estranhos penetravam suas terras e faziam levantamento em nome do governo”⁸. Segundo as religiosas, o Banco Mercantil de São Paulo já possuía intermediários que agiam em nome do projeto RADAM:

isso amedrontava os moradores da região, uns venderam as suas posses e outros se interrogavam do que poderiam fazer? Contudo, percebia-se que os trabalhadores também estavam começando a compreender o processo e começavam a se agrupar e muitos procuraram o STR de Oeiras para buscar medidas de combater os grileiros da região⁹.

Desta feita, a organização desses homens e mulheres surtiu efeito, e um deles foi a conquista do STR, o primeiro Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Baixo Tocantins – e posso dizer do Pará – a ser conquistado pela oposição foi o de Oeiras do Pará, em 29 de julho de 1979. O Sindicato de Santarém foi conquistado no ano seguinte. Uma data importante para os sujeitos aqui analisados era o dia do trabalhador rural, comemorado dia 25 de Julho, mas e em Oeiras do Pará, foi festejado apenas no dia 29 de julho, junto com a posse da diretoria do STR, que foi conquistada pela oposição sindical.

A festa iniciou no dia 28, parte do povo fixou cartazes pela cidade, alusivos ao dia do trabalhador rural, com frases tais como: “Terra para quem nela trabalha – CPT”; “Queremos reforma agrária geral, maciça e imediata”; “Reforma agrária com a participação dos lavradores”; “Crédito agrícola só com reforma agrária”; “A esperança do Brasil está no homem do campo”; “Queremos autonomia sindical”; “A força do

⁷ Relatório da congregação das Filhas da Caridade a respeito de sua atuação em Oeiras do Pará de 1971. Arquivos da FASE.

⁸ Idem.

⁹ Ibidem.

sindicato está na organização dos associados”; “Queremos de volta os companheiros de luta que foram exilados ou expulsos do país”¹⁰.

As frases expressam as ideologias, sentimentos e desejos desses trabalhadores rurais, mas expressam também um momento político do cenário nacional, de contestação à ditadura militar instalada no país, a volta dos exilados políticos, a necessidade de redemocratização. Essa era a conjuntura na qual O quadro social e administrativo do STR de Oeiras, assumiu suas funções, sendo composto pelos trabalhadores rurais Milton da Silva Sousa, Laureano Afonso Maia; Gabriel Oliveira da Silva, o conselho fiscal Osvaldo Furtado Pantoja; Atanagildo de Deus Matos (Gatão), Silvério da Silva; Suplentes Euclides Dias da Silva; Manoel da Costa Serrão; Zarito de Sousa e Silva; Suplentes Raimundo Gonçalves Meireles; José do Espírito Santo Leão e Francisco dos Santos Barroso¹¹.

A diretoria efetiva do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, após reunir-se, decidiu que realizaria seus trabalhos “por meio de rodízios, da seguinte maneira: cada mês, um dos três componentes da diretoria efetiva prestaria seu trabalho junto à classe na sede do sindicato”¹². Outra conquista, além da posse do sindicato, na visão da diretoria, era o aumento do número de associados, pois até o dia 27 de maio, antes da eleição, eram 928 trabalhadores e passou a ser 955. No entanto, existia outro problema, pois o número de associados quites era de aproximadamente 300 pessoas¹³.

No dia 29 de Julho de 1979, ocorreu festejos na cidade de Oeiras do Pará, em comemoração ao dia do Trabalhador Rural, junto com a posse do STR, pela parte da manhã. Realizou-se uma missa solene no salão paroquial, no qual poderiam ser vistas duas faixas. A faixa da porta da frente dizia: “Reforma Agrária com a participação dos lavradores”; acima do altar existia outra faixa com a frase: “Queremos Reforma Agrária geral, maciça e imediata”¹⁴. A missa realizada foi feita pelos trabalhadores, os cantos foram aqueles que diziam respeito à situação que o povo daquela região vivia naquele momento. A nova diretoria foi empossada, “na hora do ofertório, momento no qual ofereceram tudo de si a Deus e ao povo oprimido, prometeram lutar junto com os

¹⁰ Boletim Informativo *A Voz do Lavrador*, Ano I, número 1, outubro de 1979 e relatório da festa do dia do dia do trabalhador rural e a posse da nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oeiras do Pará de 29 de julho de 1979.

¹¹ Idem.

¹² Ibidem.

¹³ Ibidem.

¹⁴ Ibidem.

companheiros de classe pelas suas reivindicações e fizeram o juramento de cumprir o estatuto do sindicato”¹⁵.

O ato demonstrava o pacto da nova diretoria, com o compromisso de lutar e defender os trabalhadores rurais e não mais fazer assistencialismo. O juramento foi feito diante do altar, sendo uma metáfora de doação e sacrifício, em nome da classe que estava ali representada pelos trabalhadores rurais. A missa ocorrida foi ao estilo da teologia da libertação, com leituras do texto de Puebla e com cânticos com temáticas sobre a luta: “Hino da comunidade rural: Somos um povo de gente/Somos o povo de Deus/Queremos terra na terra /Já temos nos céus”.

O trecho da música revela o pensamento corrente e como as missas passavam a ser realizados nessa região, demonstrando que as premissas assumidas pela Igreja Católica após a reforma do Concílio Vaticano II, de certo modo, alcançavam seu objetivo na América Latina. Não devemos esquecer que não era qualquer ala da igreja que fazia essa “opção preferencial pelos pobres”, na verdade foi por meio da Teologia da Libertação que a ala da Igreja Católica Progressista teve seu auge, de meados dos anos 1970 a 1980, essa atuação foi, ainda, fundamental para o fortalecimento dos movimentos sociais nessa região.

A conquista do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oeiras do Pará contou com a ajuda da FASE, da congregação das Irmãs Filhas da Caridade e da Prelazia de Cametá, essas ações foram decisivas para a construção de uma aliança entre os trabalhadores rurais e essas entidades, o que dava segurança aos trabalhadores. A conjuntura de modificações, propostas por Puebla e Medellín, encontrou ressonância nos desejos de luta pela posse de terras rurais. Encontramos, em um documento, informações sobre o posicionamento dos Bispos da Regional Norte 2, que “abraçavam a causa dos trabalhadores rurais e estavam ao seu lado no caso de conflito por terras”.

Essa decisão foi tema da reunião entre os bispos do Pará e Amapá, que estiveram reunidos em Belém, na CNBB de 11 a 14 de setembro de 1979, para analisar o encontro de Puebla. Além dos arquivos da CNBB, o documento também estava nos arquivos da então Prelazia de Cametá, assim como foi publicada no periódico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, *A Voz do Lavrador*, em 1 de outubro de 1979. Isso demonstra, portanto, que as decisões tomadas pela Igreja Católica no Conselho Vaticano II – de tornar a igreja mais próxima ao povo – chegaram a ser discutidas a nível de América Latina com os encontros de Medellín e Puebla, e foram sendo discutidas a

¹⁵ Relatório realizada em homenagem ao dia do trabalhador rural 29 de julho de 1979.

nível regional, como no encontro dos bispos de Amapá e Pará, que decidiam aderir às diretrizes de apoio a trabalhadores rurais.

A decisão aprofundava-se ainda mais, chegando a micro região do Baixo Tocantins, por meio da Prelazia de Cametá, que publicou tais informações em seus periódicos, contudo a decisão vai além dos domínios de hierarquia da Igreja Católica, pois vai para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que publicara a notícia em seus informativos. A intencionalidade era de que a população tomasse conhecimento da informação, demonstrando uma circularidade global de informações, e as conexões das histórias dos sujeitos locais com o mundo. Esse fenômeno, de acordo com historiador Serge Gruzinsk, (1997), é chamado de *histórias conectadas*.

A missa realizada em homenagem ao dia do trabalhador rural e à conquista do STR de Oeiras do Pará teve como canto final a música – que hoje sabemos ser de autoria do ex- deputado estadual Benedicto Monteiro, que foi caçado pela ditadura militar e, nos autos do Inquérito Policial Militar (IPM), destinado aos militares, que tentavam provar que o deputado era comunista e subversivo. No citado processo, foi anexada a letra da música “O canto do Lavrador”. Em sua autobiografia *Transtempo*, Benedicto Monteiro afirma que a Igreja Católica se apropriou do canto e tornou a marcha num canto menos radical, talvez por medo de relacioná-la com alguém que era tido como comunista. Aqui seguem as duas letras das músicas, a primeira de Benedicto Monteiro (FONTES; 2015), e a segunda cantada na missa em homenagem aos trabalhadores rurais:

O canto do lavrador, 1962.

Agora nós vamos pra luta, A terra que é nossa ocupar,
A terra é pra quem trabalha, A historia não falha.
Nós vamos ganhar. Já chega de exploração
Já chega de tanto sofrer Ou morrer jogado no eito,
ou leva no peito o jeito é vencer.
Já chega de tanta promessa Já chega de tanto esperar
A terra na raça ou na garra, na Lei ou na marra,
Nós vamos tomar. gora nós vamos pra luta,
A terra que é nossa ocupar, A terra é pra quem trabalha,
A história não falha. Nós vamos Ganhar.
(Benedito Monteiro)

Canto Final

Agora nós vamos pra Luta, a terra que é nossa ocupar,
A terra é pra quem trabalha. a história não falha nós vamos ganhar.

**já chega de tanto esperar, já chega de tanto sofrer
a luta vai ser tão difícil, na lei ou na marra nós vamos ganhar ,**

Quem gosta de nós somos nós e aqueles que vem nos ajudar
Por isso confia em quem luta, Que a história não falha nós vamos ganhar
Se agente sofrer nessa luta, O sangue será uma semente
Justiça vamos conquistar ,A história não falha nós vamos ganhar.

As músicas fizeram parte da formação dos trabalhadores rurais do Baixo Tocantins, assim como de várias outras microrregiões do Estado. Ao analisar as duas músicas, percebemos que as primeiras estrofes de ambas são idênticas “Agora nós vamos pra luta, / A terra que é nossa ocupar, / A terra é pra quem trabalha, / A história não falha. / Nós vamos ganhar.”, mas a partir da segunda estrofe, Benedicto Monteiro fala do fim da exploração, que era necessário parar de esperar, pois ou se morria no eito ou levaria no peito, porque o jeito era vencer, pois já estavam cansados de promessas. Aquele era o momento de lutar, pois a terra, na raça ou na garra, deveria ser ocupada, nota-se o uso da palavra ocupação no lugar de invasão, o que reflete o pensamento de que as terras existiam para serem trabalhadas, tendo como princípio a reforma agrária, portanto, a música de Benedicto é um convite à luta.

A última estrofe da música da igreja é um canto mais místico, fala que a luta será difícil, que já chegava de esperar, fala de quem se reconhecia enquanto classe e daqueles que poderiam ajudar na luta e que se eles sofressem na luta seria uma semente e que a justiça seria conquistada. Portanto, em nossas análises concordamos com Benedicto Monteiro, tornou-se mais branda, contudo, seu uso fez parte da cultura política de vários trabalhadores rurais do Pará.

Segundo a congregação das Filhas da Caridade, que estavam na região em 1961, as músicas também foram um instrumento de formação nos cursos ministrados aos grupos sindicais presentes nos interiores do Pará. A música também foi utilizada no município de Moju, por um grupo de trabalhadores rurais que tiveram que pegar em armas para lutar. O pensamento desses homens e mulheres do campo sobre a terra era que ela era provedora e instrumento de sustentação das suas necessidades materiais. Ela se evidencia na frase “se a TERRA não fosse vida, não lutaríamos por ela¹⁶”; esse foi o tema do décimo encontrão Anilzinho.

A luta pela terra estava associada à vida, que iria além da discussão no campo do direito. Existia uma visão desse sujeito em relação à terra primeiro, que ela pertencia a quem nela trabalhava, e existia uma relação afetiva que esses sujeitos possuíam em relação à terra, eles eram aqueles que a lavravam, de sol a sol, e sustentava a nação¹⁷.

A posse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oeiras do Pará, foi forjado no contexto de muitas disputas por terra, aquela era uma vitória significativa para aquelas populações, o chão que aquela gente ocupava era habitado por várias gerações.

¹⁶ Relatório do encontro Anilzinho de 1986, ocorrido em Pacajá – na localidade de Tuerê de 13 a 16 de outubro de 1986.

¹⁷ Poema ao Dia do Trabalhador Rural, de autoria de Atanagildo de Deus Matos.

Um desses conflitos que teve repercussão e ficou na memória desses sujeitos, ocorreu no município de Baião, nas localidades de Joana Peres e Anilzinho, ambas marcadas pela presença de índios da etnia Assurini, e também de outros grupos que denominamos povos da terra, gente que vivia da mata. Entre 1920 a 1960, esses grupos se conflitaram, contudo, a partir dos governos militares na Amazônia (1964-1985), passaram a lutar contra um inimigo comum, o grande latifundiário vindos em sua maioria do sudeste do Brasil, o banco mercantil e os grandes projetos patrocinados pelo Estado RADAM, Hidrelétrica de Tucuruí ou órgão desse governo tais como o ITERPA.

Na década de 1970, os conflitos pela terra “pipocaram”¹⁸, no Baixo Tocantins, entre eles está o de Anilzinho e Joana Peres,¹⁹ contudo aqui a referencia não é mais de um simples conflito, mas de um ato de resistência, isso se deu entre outras coisas por conta da criação da Lei do Posseiro, a lei do costume, a lei da Mata, a” lei Anilzinho: A lei do Posseiro”

Nas nossas pesquisas entendemos que foi pelo direito a terra que A Lei dos Posseiros foi “sancionada” , escrita por trabalhadores rurais do Baixo Tocantins, e isso ocorreu no lugar mais propício, na visão daqueles trabalhadores, que era o meio da mata, em plena disputa pela posse da terra. Uma dos artigos da lei dizia respeito a demarcação: ao fazer a demarcação da área, o trabalhador entrava numa nova dinâmica que estava sendo imposta, pois, antes, pelo costume se sabia pelos marcos naturais como rios, igarapés, campos de natureza relevos, ou seja, os marcos referenciais eram a natureza, os moradores sabiam onde começava as matas de uma família e terminava a da outra, o que era comum e o que era privado, mas naquele momento necessitavam demarcar a terra para não perde-la para estranhos.

A legislação de terras paraenses, até 1966, não exigia dos proprietários de terras as demarcações definitivas, o Estado desejava, até então, “tornar habitável o imenso território paraense” para isso, emitiam-se apenas títulos provisórios, no entanto, a partir de 1966, a dinâmica populacional da região aumentou com as inaugurações das estradas federais e dos grandes projetos na Amazônia (MONTEIRO:1980). Então, ao demarcar as terras, havia a segurança de que isso poderia ser respeitado por quem vinha de fora e não compreendia a dinâmica local.

¹⁸ Essa expressão usada pelos trabalhadores rurais para expressar o aumento, a expansão dos conflitos agrários na Amazônia.

¹⁹Para aprofundar no assunto ler Dissertação SILVA, Adriane dos Prazeres. *O Vale do Tocantins e a Lei Anilzinho: a Lei dos Posseiros (1961- 1981)*. Belém, 2016. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) IFCH/UFPA, 2016.

Haviam pessoas estranhas adentrando na terra, logo se fazia necessário antecipar-se na demarcação, pois os órgãos governamentais não eram mais confiáveis, porém aquele momento necessitava de certezas. Outro sujeito importante nesse momento era o topógrafo, que tinha como função fazer demarcações oficiais, por isso a partir daquele momento não se necessitava esperar nem mais pelo topógrafo, ou pelo governo para demarcação das terras, os trabalhadores rurais deveriam ser responsáveis por essa etapa.

Se fosse preciso, defenderiam a terra com armas como machado, terçado, espingarda, etc. Reagiriam ao ataque da grilagem, cansados de sofrer, de perder e chorar. Havia chegado o momento de resistir com todas as forças e armas que esses trabalhadores possuíam a seu alcance, pois já haviam compreendido que a dinâmica e o costume estavam sendo mudados, mas isso não ocorreria sem resistência, identificaram-se, portanto, na luta. Enxergando-se enquanto classe, perceberam seus inimigos, e o enfrentamento, algumas vezes, deu-se de forma direta, com o uso de armas (THOMPSON: 1998).

A Lei dos Posseiros foi um código de conduta que serviu de referência para as lutas por terras no Baixo Tocantins, no caso da luta armada entre a firma Reasa e os trabalhadores rurais do Moju, a decisão foi declarada:

Na empresa, trabalhava como Vigia um senhor que era morador do Curuperé, que ouviu comentário Ribeiro Soares iria fazer frente aos trabalhos e que fosse necessário, ele mesmo atiraria em quem viesse intervir na obra. Esse fator foi crucial para que os colonos se armassem e fossem para mata. No dia 06 de setembro, na cidade Moju estava sendo realizado um encontro Bíblico, onde havia participantes de várias comunidades do interior. O encontro ocorria no salão paroquial, que ficava localizado em frente a praça principal de

Moju e próximo a igreja Matriz do Divino Espírito Santo. Nesse dia um morador da localidade em conflito foi avisar ao padre Sérgio Tonetto e ao presidente do STR, Virgílio Sacramento, e as outras pessoas que também participavam do encontro que os lavradores já haviam tomado a decisão de partir para o embate, uma vez que estes iriam a noite para o local onde estava sendo feito o desmatamento. Os lavradores queriam mesmo que seu representante ficasse de prontidão para o que viesse acontecer. Mesmo considerando o fato que os moradores da comunidade que participavam do conflito e da Ação praticamente serem todos participantes e das Comunidades Eclesiais de Base, não houve outra alternativa naquele momento. Estes acharam que a solução deveria ser resolvida já na base da luta armada. Neste caso o que favoreceu muito esta decisão foi o ponto 5 da Lei Anilzinho, que dizia o seguinte: “Defender a terra com armas, se for preciso, machado, terçado, espingarda, e etc. Reagir ao ataque da grilagem”. ”. (SACRAMENTO, Elias diniz. 2009, pg 70)

Desta feita, entendemos que a Lei Anilzinho e seus encontros, são um escopo, de um processo de construção de identidade, da identificação que esses sujeitos enfrentavam um inimigo comum, e que era necessário a organização e resistência, pois era a única maneira naquele momento de permanecer no seu chão. Para entender essas articulações se faz necessária uma análise da Lei Anilzinho, que

entre outras questões chamava atenção para o fato de ter que comunicar e denunciar as arbitrariedades (expulsões ou grilagem da terra) às comunidades vizinhas, sindicatos, entidades de apoio, imprensa e que houvesse solidariedade mútua naquele momento: “mexeu com um, mexeu com todos”²⁰. A rede de comunicação seria essencial para aglutinar os trabalhadores rurais, pois se fazia necessário que não ficassem isolados e que todos os membros que os apoiassem tivessem conhecimento do que estava acontecendo, para assim arquitetarem meios para reagirem ao ataque da grilagem, afinal esses sujeitos estavam cansados de perder.

Outro passo importante a ser tomado seria a oposição sindical. O sindicato deveria ser dos trabalhadores. No imaginário daquele momento, dever-se-ia trocar o delegado “pelego” por candidatos que esses trabalhadores consideravam que realmente lhes representassem. Esse passo ocorreu em Oeiras do Pará, como já foi relatado anteriormente, também, era necessário criar uma comissão da terra, onde tivesse delegacia e comunidade.

Outra informação preciosa, diz respeito ao entrelace entre a parceria dos trabalhadores rurais e a Igreja Católica Progressista, essa aliança poderá ser notada na passagem que afirma que era necessário “construir casa comunitária ou capela”. Esse item se justifica, pelas opções e mesmo pela vivência da igreja progressista daquele momento, inserida nos movimentos sociais, numa igreja mais voltada pela “opção preferencial dos pobres”, mas, ao mesmo tempo, com intenso cuidado de não radicalizar totalmente e perder, desse modo, um controle aparente da situação. Era necessário, também, exigir a criação de postos médicos e escolas, para que existisse mais segurança na terra.

A organização da comunidade seria importante e deveria contar com a ajuda de todos homens, mulheres e jovens, por meio de mutirão e trabalho coletivo, que no período era uma prática costumeira, sendo que toda a comunidade participava nas plantações e trabalhava de forma coletiva; essa prática deveria ser mais fomentada.

²⁰ Fala da entrevista do participante do primeiro Anilzinho, Raul Couto. Entrevista realizada em março de 2015.

Era preciso, também, criar um fundo de encontro para manter organização e lutar pela reforma agrária radical e imediata. Esses trabalhadores rurais do Baixo Tocantins defendiam essa postura, porque, após vários debates, entenderam que a reforma Agrária deveria ocorrer, uma vez que toda a população dependia dos trabalhadores rurais e da luta diária dos lavradores. Todos possuíam direitos, os sem terra e os que tinham poucas terras, os índios, os operários e de todas as classes que estavam oprimidas. Portanto, ter terra era um elemento essencial para a libertação

Assim sendo, para compreender melhor o que seria a reforma agrária radical, na visão desses trabalhadores, analisaremos um documento denominado de “Reforma Agrária Radical e Imediata”, que foi o resultado de uma assembleia realizada no dia 23 de agosto de 1980. Os trabalhadores rurais de Cametá, Baião e Oeiras do Pará se reuniram novamente, dessa vez o intuito era debater o que seria e como seria feita a reforma agrária radical e imediata que falava o último ponto da I Lei Anilzinho. Na visão desses sujeitos, era necessário dividir todos os tipos de latifúndio, dividir as terras devolutas pelos posseiros, pequenos lavradores sem terra ou com pouca terra, para todos que desejavam trabalhar nela, inclusive os moradores de favelas e das grandes cidades²¹.

Na visão dos trabalhadores rurais, os latifúndios deveriam ser divididos tudo deveria ser entregue aos trabalhadores, o cultivo da terra ocorreria de forma coletiva, que por sua vez ganhariam incentivos fiscais, a terra do latifúndio seria compartilhado de acordo com a quantidade, qualidade de hectares que possuíam, sendo diretamente proporcional ao número de integrantes das famílias que iriam receber. Por último, porém não menos importante, acreditavam que deveria haver a extinção dos órgãos governamentais existentes naquele período, além do mais, deveriam ser construídas as comissões de terras locais, formadas por lavradores livremente eleitos para dirigir a reforma agrária em cada microrregião. Desse modo, deveria ocorrer também o fim do imposto territorial rural e, paralelo a isso, iriam lutar pelo ensino agrícola destinado aos lavradores, cujos filhos poderiam fazer experimentação científica²². A seguir apresentamos a música sobre o desdobramento do conflito Anilzinho, ela era entoada nos “encontros” de mesmo nome, o autor foi Francisco de Assis, Mais conhecido como chicão o primeiro diretor do STR Cametá, eleito em 1985, numa das eleições mais difíceis do STR, ocorrida na década de 1980 no Baixo Tocantins:

²¹ Documento sobre a visão dos trabalhadores rurais do baixo Tocantins de como deveria ser a reforma Agrária radical e imediata, Cametá 23 de agosto de 1980.

²² Documento sobre a visão dos trabalhadores rurais do baixo Tocantins de como deveria ser a reforma Agrária radical e imediata, Cametá 23 de agosto de 1980. Arquivos da FASE

Canto Anilzinho

Ref: Ai, ai, meus companheiros (Bis)

1. Tenho pena daquele povo de Anilzinho, Ipaú,
Joana Peres e Virgínia. Está sofrendo a mesma dor. Lá está o fazendeiro/
Expulsando o Lavrador. Ah! Meus companheiros/
veja em que ponto chegou.

2. Tocou fogo em onze casas/
Suas plantações mudou, Levou porco e galinha,
Água do poço envenenou /Botou os pobres no seu carro/
Em Tucuruí soltou. /Ah meus Companheiros
veja o que os nossos /irmãos, Passou (bis).

3. Isto está acontecendo/
no nosso país inteiro:/ Os pobres não têm direito:/ Os pobres não têm direito.
Só quem tem é o fazendeiro./ Ah! Meus companheiros/ Este é verdadeiro.

4. É uma falta de respeito./ Me escute, preste atenção/ Pobre já acabou a Lei/
dentro desta nação. Ah meus companheiros Que triste situação (Bis)

5. Perde terra, perde vida./ perde tudo o que pobre tem. Se ele procurava o
direito/ e o que o pobre não tem/
Ah! Meus companheiros/ não se acredita em ninguém.

6. Se o pistoleiro mata um pobre/ para ela acontece nada/ Mas se mata um
pistoleiro,/ O pobre condenado. Ah ! Meus companheiros/ que situação
danada.

(Francisco Assis contente 1980) .

Francisco Assis Contente, “Chicão”, foi poeta, compositor e lavrador, também foi reconhecido como uma das grandes lideranças dos Trabalhadores Rurais do Baixo Tocantins, como citado anteriormente foi o primeiro presidente do STR de Cametá, após as campanhas de oposição entre 1985 a 1990. Além dele, existiu outras lideranças, uma delas foi Luiz Gonzaga da Cruz, “Zé Capina”, que foi presidente do STR entre 1997 a 2000, e de 2000 a 2004 foi vereador em Cametá.

A música de Anilzinho narra o conflito sobre o qual foi criado uma memória que foi consolidada na região, a letra fala de Anilzinho, Joana Peres e Virgínia, levantamos várias documentações que diziam respeito às duas primeiras localidades, no entanto, até o presente momento da pesquisa, não encontrei relatos sobre a localidade de Virgínia, demonstrando a necessidade de mais pesquisas para entendermos os conflitos na região.

Podemos notar também os números fornecidos tais como o de casa incendiadas – que foram 11 – e envenenamento de poços e animais. Abaixo, temos a imagem 1, de Francisco Assis Contente cantando, no momento do almoço do IV encontro Anilzinho, junto dos demais trabalhadores rurais.



Imagem 1: de Francisco Assis Contente e trabalhadores Rurais do Baixo Tocantins, em 1984, no encontro Anilzinho IV, em seus momentos culturais. Arquivos pessoais de Bernardo Krommondijk.

Francisco de Assis é o homem de branco da segunda imagem da esquerda para direita, Vou apontar quatro possíveis elementos que a imagem pode nos fornecer: o primeiro é a demonstração dos momentos culturais dos encontros Anilzinho, que são essenciais para entendê-los como uma classe em formação; segundo mostra o rosto desses trabalhadores, percebemos também a presença de crianças; terceiro percebemos os instrumentos que utilizavam para reverberar seus cantos e o quarto elemento é possível especular que esses encontros a partir de 1983, aglutinava toda a família do trabalhador.

A explicação que os estudiosos, como José de Souza Martins (1989) nos propõe é de que as lutas camponesas na Amazônia não nasceram no seio da organização político-partidária, e sim espontaneamente e de forma defensiva, com resistência à ação violenta de policiais e pistoleiros a serviço de grileiros de terra e de grandes proprietários: os despejos violentos, assassinatos, violações de domicílios, incêndios e destruição de casas, lavouras e colheitas, etc. Na maioria das vezes, o trabalhador rural foi colocado diante da falta de alternativa: ou aceitava a expulsão, ou reagia para não morrer. Esse foi o caso dos moradores de Anilzinho, Joana Peres e de moradores dos municípios de Oeiras do Pará e Moju, mas foi caso de várias localidades dessa imensa floresta Amazônica também.

Contudo, necessitamos também demonstrar a produção cultural desses sujeitos históricos, seus símbolos de luta e união encontramos a seguir, a capa do livro de cânticos da prelazia, com o tema a “Lei Anilzinho: A Lei dos posseiros”. Nela verificamos uma passagem bíblica que dizia “Agora, portanto, reparte esta terra para que seja do povo, Josué 13,7”. Na imagem 2, percebemos a cerca sendo rompida, com a representação do latifúndio sendo dividido, a multidão adentra as terras, carregando seus

instrumentos de trabalho, como foice, facão, enxada e outros, prestes a se confrontar com os jagunços presentes naquela terra, contudo o versículo apresentava a afirmação do direito bíblico assegurado a esses sujeitos a herança dada por Deus da terra ser repartida”.



Imagem 2: Capa do livro de cânticos da então Prelazia, na década de 1980. Acervo da Diocese Cametá.

A seguir, temos algumas imagens que comprovam alguns dos elementos que foram discutidos nesse texto, como o fato da Igreja Católica Progressista da então prelazia de Cametá estar intrinsecamente ligada aos encontros Anilzinho, como se pode verificar na Imagem 3, na qual identificamos pelo “hábito”, ou seja, as vestes da congregação das filhas da caridade.



Imagem 3: Ao lado direito, verificamos a presença de uma das “irmãs” da congregação das filhas da caridade. IV Encontro Anilzinho de 1984. C.C, Nova América. Arquivos pessoais do engenheiro Bernardo Krondejik.

Outro ponto interessante, são os espaços dos encontros Anilzinho desde seu início foi algo aberto para as comunidades de trabalhadores rurais, onde poderiam fazer denúncias, demandar tarefas e metas a serem cumpridas para que, juntos, como classe, pudessem reagir à realidade que lhes era imposta, tomar decisões que afetavam diretamente seus futuros e também modificar suas realidades. As duas imagens a seguir demonstram o engenheiro agrícola da prelazia, Raul Couto, discursando entre dois trabalhadores, provavelmente expondo suas pautas de discursão, e a imagem 5 demonstra o momento em que a assembleia está votando a pauta, dentro dos barracões do encontro, que serviam como dormitório à noite, verificado pela presença de redes, e, pela manhã e tarde, como espaço de debates.



Imagem 4: Raul Couto discursando no IV Encontro Anilzinho, na Comunidade Cristã de Nova América, em 1984.



Imagem 5: Momento de votação de pautas, no IV Encontro Anilzinho, na Comunidade Cristã de Nova América, em 1984. Arquivos pessoais de Bernardo Krondejik

Dentro das assembleias, pode ser notada a presença de crianças, idosos, mulheres e Jovens. Dentro dos demais encontros²³, a família estava presente, como pode ser verificado na imagem 6, o quarto em que as jovens mães tomam conta de seus bebês, enquanto aguardam pelas discussões que ocorriam ao longo do dia nos barracões. As estruturas para manter os encontros eram elementos muito importantes, pois tanto na Lei Anilzinho I, no seu artigo 11, quanto na lei Anilzinho II, em seu artigo 6, há menção à criação de um fundo de manutenção dos encontros, sendo que na II podemos observar que existia mais uma ressalva que “em casos de encontros ou qualquer outro movimento festivo, as vendas sejam feitas para o benefício da comunidade²⁴”. Existia, na concepção desses trabalhadores, a necessidade de se organizarem, mas para manter essas estruturas de encontros em que vinham várias pessoas de diversos lugares do Baixo Tocantins, as pessoas se doavam de diferentes maneiras, e entre elas estava incluso o papel primordial das cozinheiras, que tinham como função manter a alimentação do encontro, como poderá ser verificado na imagem 7.



Imagem 6: Jovens mães trabalhadoras rurais cuidando de seus filhos, enquanto aguardavam as discussões nos barracões onde ocorriam os encontros Anilzinho. IV Encontro Anilzinho na Comunidade Cristã de Nova América em 1984. Arquivos pessoais de Bernardo Krondejik.

²³ Os demais encontros Anilzinho serão melhores discutidos no primeiro capítulo de minha tese de doutorado.

²⁴ Artigo seis da Lei Anilzinho II.



Imagem 7: As trabalhadoras, na cozinha improvisada dos encontros Anilzinho, preparando a alimentação do encontro. IV Encontro Anilzinho, na Comunidade Cristã de Nova América, em 1984. Arquivos pessoais de Bernardo Krondejik.

Percebemos a presença de crianças e idosos nesses encontros, demonstrando-nos assim a inserção da família e a importância que este momento possuía. Outro momento importante dentro desses encontros era o das atividades religiosas, junto com os movimentos culturais que deram como resultado uma vasta produção de cantos e poesias. Experiências como essas se repetiram também dentro das místicas das romarias da terra, e também nas atividades organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).²⁵

Portanto, verificamos que a Lei Anilzinho e seus encontros e como eles se tornaram referências para os trabalhadores rurais da região do Baixo Tocantins. A lei foi mais uma vez utilizada como campo de disputas, contudo aqueles sujeitos criaram a lei que atendesse suas necessidades, seus costumes, pois a frente agropecuária tentava adentrar seus espaços, os projetos desses agropecuaristas visavam a implantação de pastos no lugar dos castanhais, que já haviam sido alvo de disputas ancestrais, como as ocorridas entre os trabalhadores rurais e os índios Assurinis, que haviam sido reduzidos em número considerável, com a construção da PA 156 – atual BR 422 – em 1976 e, posteriormente, foram alocados para a reserva Trocará.

Na década de 1970, os trabalhadores Rurais e os Assurinis enfrentaram vários embate que, segundo sua visão, foi ainda maior: os compradores de terras centro-sulistas possuíam o capital e os incentivos fiscais do governo federal, mas esses trabalhadores rurais, por estarem cansados de serem expulsos de suas terras, resolveram construir a Lei

²⁵ Entrevista de Raul Couto março de 2015.

Anilzinho: A Lei dos Posseiros, legado que não pode deixar de ser discutido por outras pesquisas futuras, pois a questão dos conflitos agrários e da reforma agrária é uma pauta que ainda está distante de ser resolvida em território brasileiro.

Provavelmente, a reforma agrária seria a solução para alguns dos problemas sobre a óptica do que seria considerado socialmente justo, evitando ainda que os índices de morte no campo continuem a crescer. Nessa microregião de Cametá, Oeiras do Pará, Baião e Igarapé-Miri não detectamos mortes no campo, na década de 1980, mas as perdas registradas por esses sujeitos não são mensuráveis com números, pois a expulsão das terras, ou a destruição de suas colheitas, o extermínio de seus serimbabos, ou o envenenamento de suas águas, são questões que não poderiam ser quantificadas, e sim identificadas como uma morte simbólica.

Portanto, esses homens e mulheres das matas, deram sentido a sua cultura, colocaram-na ao dispor de suas lutas, declamaram poemas como no “Lamento do Pruanã” e entonaram seus cantos “O Povo de Anilzinho” e o “Canto do Lavrador”, que por sua vez foi utilizado pelos agentes da Ditadura Militar como prova para condenação que levou o então deputado estadual Benedicto Monteiro a prisão e a perder seu mandato, esta música com pequenas modificações até hoje é cantada nos movimentos sociais “Agora nós vamos pra Luta a terra que é nossa ocupar... A terra é pra quem trabalha, a história não falha nós vamos ganhar”, ela embala o sonho, a rebeldia e o ideal de um Brasil sem latifúndio e de um mundo mais justo.

REFERÊNCIAS

FONTES; Edilza Joana de Oliveira. A reforma agrária em projeto: o uso do espaço legal para garantir o acesso a terra no Pará (1960-1962). 2015.

MARTINS, José de Souza. *A vida privada nas Áreas de expansão brasileira da sociedade brasileira*. In: Novais, F. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo companhia das Letras, 1998.

SACRAMENTO, Elias Diniz. *As almas da terra: a violência no campo paraense*. Belém, 2007, Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia), IFCH/UFPA, 2007.

SANTOS, Edileuza dos. *Vila Arraias: espaço de sobrevivência, morte e núcleo na luta pela terra na PA-150 (1970-1985)*. Belém, 2007, Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) IFCH/UFPA, 2007.

SOBRE A AUTORA

Professora vinculada ao Departamento de Filosofia Ciências Sociais e Educação (DFCS), Universidade do Estado do Pará. Graduada pela Universidade do Estado do Pará (UEPA) Mestra em História Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA) Doutoranda em História Social da Amazônia na UFPA;. Pesquisadora de Conflitos Sociais na Amazônia Contemporânea com enfoque na questão Agrária do Estado do Pará. Capítulos de livros Publicados A Igreja Católica Progressista da Prelazia de Cametá. In: Francivaldo Alves Nunes. (Org.). Nas margens do Tocantins: história, memória e ambiente amazônico. 241ed. Rio De Janeiro: Multi Foco, 2018, v. 1, p. 249-277.

E-mail: adrianedosp Prazeres@gmail.com

Recebido: 15/01/2019

Aprovado: 16/02/2019